

Sociedade da Informação

DESTAQUES |

IUTIC NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL E REGIONAL 2018

| janeiro de 2020

A Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) apresenta nesta publicação, dados estatísticos atualizados a 2018 do Inquérito à Utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação na Administração Pública Central e Regional.

COMO PRINCIPAIS RESULTADOS SALIENTA-SE QUE, EM 2018, EM PORTUGAL:

→ **32% DOS ORGANISMOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL ADQUIRIRAM SERVIÇOS DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM (CLOUD COMPUTING), SENDO OS VALORES CORRESPONDENTES DOS ORGANISMOS DAS REGIÕES AUTÓNOMAS DOS AÇORES E DA MADEIRA, 39% E 17%, RESPETIVAMENTE.**

→ **55% DOS ORGANISMOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL DISPUNHAM DE UMA LARGURA DE BANDA SUPERIOR OU IGUAL A 100 MB/S;**

→ **80% DOS ORGANISMOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES E 54% DOS ORGANISMOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA UTILIZARAM TECNOLOGIAS DE VIDEOCONFERÊNCIA.**

Quanto ao tipo de serviços de computação em nuvem, destacam-se os serviços de correio eletrónico, que foram adquiridos por 67% dos organismos da administração central, seguindo-se os serviços de armazenamento de ficheiros (55%), os serviços de software de escritório (44%), os serviços para arquivo de banco de dados (30%) e os serviços de software de aplicações de contabilidade ou finanças (18%). A aquisição de outros serviços na nuvem foi referida por 13% dos organismos da administração central (Quadro 1).

Quadro 1

Tipo de serviços de computação em nuvem (Cloud Computing) adquiridos nos Organismos da Administração Pública Central (%)

	2018
Correio eletrónico	67
Armazenamento de ficheiros	55
Software de escritório	44
Arquivo de banco de dados do Organismo	30
Software de aplicação de contabilidade ou finanças	18
Outro serviços	13

Fonte(s): DGEEC, Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Central

A flexibilidade resultante do facto de permitirem adaptar a capacidade dos servidores às necessidades do organismo foi o benefício mais referido (34%) de entre o conjunto de benefícios gerados pela aquisição de serviços de computação em nuvem classificados com um grau de importância elevado pelos organismos da administração pública central (Quadro 2).

Quadro 2

Tipo de benefícios gerados pela aquisição de serviços de computação em nuvem (*Cloud Computing*) classificados com o grau de importância elevado pelos organismos da Administração Pública Central (%)

	2018
Flexibilidade resultante dos serviços de computação em nuvem possibilitarem adaptar a capacidade dos servidores às necessidades	34
Implementação fácil e rápida das soluções baseadas em computação em nuvem	30
Redução dos custos relacionados com as TIC	23

Fonte(s): DGEEC, Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Central

Os organismos da administração pública central que não adquiriram qualquer tipo de serviços de computação em nuvem em 2018 referiram como principais fatores de impedimento, o risco de violação de segurança (40%), a incerteza sobre a localização dos dados (37%) e os custos elevados de aquisição (36%) (Quadro 3).

Quadro 3

Tipo de fatores que impedem a utilização dos serviços pagos de computação em nuvem (*Cloud Computing*) nos Organismos da Administração Pública Central (%)

	2018
Risco de violação de segurança	40
Incerteza sobre a localização dos dados	37
Custos elevados de aquisição	36
Incerteza sobre a legislação aplicável e jurisdição	35
Outros fatores	25
Conhecimento insuficiente	15

Fonte(s): DGEEC, Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Central

No que respeita a Big Data¹, 14% dos organismos da administração pública efetuaram este tipo de análise, sendo que a maior parte utilizou como fonte dados gerados a partir de meios de comunicação digital (*social media*), 56% (Quadro 4). Em todas as entidades (100%) estas análises

foram realizadas por pessoal do próprio organismo (Quadro 5).

Quadro 4

Tipo de fonte de dados utilizada para a análise de Big Data, em 2017, pelos organismos da Administração Pública Central (%)

	2017
Organismos que efetuaram análise de Big Data	14
Dados gerados a partir de meios de comunicação digital (<i>social media</i>)	56
Dados do próprio Organismo a partir de dispositivos inteligentes ou sensores	44
Outras fontes de Big Data	15

Nota: No IUTICAP2018 o período de referência do módulo de Big Data é o ano 2017

Fonte(s): DGEEC, Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Central.

Quadro 5

Tipologia de quem realizou a análise de Big Data, em 2017, nos organismos da Administração Pública Central (%)

	2017
Pessoal do próprio Organismo	100
Fornecedores externos	35

Nota: No IUTICAP2018 o período de referência do módulo de Big Data é o ano 2017

Fonte(s): DGEEC, Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Central.

Quanto ao tipo de meio ou serviço de identificação eletrónica, verificou-se que, em 2018, 86% dos organismos indicaram ter disponibilizado meios ou serviços que permitiram a utilização de certificados digitais de assinatura nos seus processos internos (Quadro 6).

¹ No IUTICAP2018 o período de referência do módulo sobre Big Data é o ano 2017

Nota: **Big Data** - dados gerados a partir de atividades realizadas eletronicamente e de máquina para máquina (ex.: dados produzidos a

partir de atividades de redes sociais, processos de produção, etc. **Big data análise** refere-se à utilização de técnicas, tecnologias e ferramentas de software para análise de big data extraídos de fontes de dados do próprio organismo ou de outras fontes de dados.

Quadro 6

Tipo de meio ou serviço de identificação eletrónica disponibilizado nos Organismos da Administração Pública Central (%)

	2018
Organismos que disponibilizam meios ou serviços de identificação eletrónica	66
Utilização de certificados digitais	86
Aceitação documentos electrónicos	84
Assinatura através de SCAP	40
Chave móvel digital	31

Nota: SCAP - Certificação digital que permite ao cidadão autenticar-se, enquanto cidadão ou profissional qualificado através do Cartão de Cidadão, nos portais e sítios da Internet de diferentes entidades públicas, e assinar documentos na qualidade das funções profissionais que desempenha.

Fonte(s): DGEEC, Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Central

Em 2018, a maioria dos organismos da administração pública central utilizava protocolos de rede IPV4 para equipamentos (96%) e para aplicações (90%), não estando ainda generalizada a utilização de endereçamentos (IPV6) nestes organismos (Quadro 7).

Quadro 7

Tipo protocolo de rede disponibilizado nos organismos da Administração Pública Central (%)

	2018
IPV4 Equipamentos	96
IPV4 Aplicações	90
IPV6 Equipamentos	26
IPV6 Aplicações	16

Nota: IPV4 e IPV6 representa a tecnologia que permite que os aparelhos se conectem na Internet.

Fonte(s): DGEEC, Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Central.

Relativamente à velocidade de acesso à internet, verificou-se que 99% dos organismos da administração pública central dispunham de ligações à Internet com larguras de banda superiores ou igual a 2 Mb/s, sendo de realçar que 55% possuía velocidade superior ou igual a 100 Mb/s (Quadro 8), representando um aumento de cerca de 3 pontos percentuais face ao ano anterior.

Quadro 8

Velocidade de acesso à Internet disponível nos organismos da Administração Pública Central (%)

	2018
<2 Mb/s	-
≥2 Mb/s	99
≥2 Mb/s e <10 Mb/s	6
≥10 Mb/s e <30 Mb/s	11
≥30 Mb/s e <100 Mb/s	27
≥100 Mb/s	55
Não responderam/Não sabem	1

Nota: - Dado nulo

Fonte(s): DGEEC, Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Central.

A maioria dos organismos da administração pública central (95%), em 2018, dispunha de sítio próprio na internet e, mais de metade (64%) estavam presentes nas redes sociais (Quadro 9).

Quadro 9

Tipo de sítio na internet disponível nos organismos da Administração Pública Central (%)

	2018
Sítio próprio	95
Página / perfil próprio em redes sociais (Twitter, Facebook, etc)	64

Fonte(s): DGEEC, Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Central.

Do conjunto de organismos da administração pública central que indicaram ter presença na internet através de um sítio próprio, 68% referiram que esta presença assegurava a conformidade com as normas para cidadãos com necessidades especiais (W3C) (Quadro10). Esta percentagem significa um aumento de cerca 2 pontos percentuais face ao ano anterior.

Quadro 10

Nível de conformidade com as diretrizes de acessibilidade do W3C* nos organismos da Administração Pública Central (%)

	2018
Sítio com acessibilidade para cidadãos com necessidades especiais	68
Conformidade com o nível A	31
Conformidade com o nível AA	22
Conformidade com o nível AAA	16
Sítio não acessível	31
Sem sítio na Internet	1

Nota(s):

* W3C - World Wide Web Consortium.

As diretivas visam tornar o conteúdo Web acessível a pessoas com deficiências e destinam-se a todos os criadores de conteúdo Web e aos programadores de ferramentas para criação de conteúdos. Existem três níveis de conformidade Nível "A" de conformidade: todos os pontos de verificação para Prioridade 1 são satisfeitos; Nível "Duplo-A" de conformidade: todos os pontos de verificação para Prioridade 1 e 2 são satisfeitos; Nível "Tripló-A" de conformidade: todos os pontos de verificação para Prioridade 1 2 e 3 são satisfeitos

Fonte(s): DGEEC, Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Central.

As redes virtuais privadas (VPN) e de wireless LAN foram utilizadas, respetivamente, por 78% e 81% dos organismos da administração pública central. Destaca-se ainda a utilização de videoconferência por mais de metade (62%) destes organismos (Quadro 11), com um aumento de cerca de 3 pontos percentuais face ao ano anterior.

Quadro 11

Tipos de equipamento informático utilizados nos organismos da Administração Pública Central (%)

	2018
Rede Virtual Privada (VPN)	78
Wireless LAN	81
Videoconferência	62

Fonte(s): DGEEC, Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Central.

Verificou-se que 16% dos organismos da detetaram, em 2017², problemas de segurança informática. Destes, 40% indicaram que os problemas de segurança resultaram na indisponibilidade de serviços TIC (Quadro 12).

Quadro 12

Tipo de problemas de segurança informática detetados, em 2017, pelos organismos da Administração Pública Central (%)

	2017
Organismos da Administração Pública Central que detetaram problemas de segurança informática	16
Indisponibilidade de serviços TIC	40
Outro tipo de problemas	38
Destruição ou corrupção de dados	33
Divulgação de dados confidenciais	10

Nota: No IUTICAP2018 o período de referência do módulo de segurança informática é o ano 2017

Fonte(s): DGEEC, Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Central.

Em 2017, 64% organismos da administração pública central utilizaram o comércio eletrónico³ para efetuar encomendas. As plataformas mais utilizadas por estes organismos para realização de encomendas de bens e/ou serviços através de comércio eletrónico foram a central de compras do estado (80%) e as plataformas de contratação pública certificadas pelo IMPIC/GNS (61%) (Quadro 13).

Quadro 13

Plataformas utilizadas para realização de encomendas de bens e/ou serviços no comércio eletrónico, em 2017, pelos organismos da Administração Pública Central (%)

	2017
Central de Compras do Estado (Sistema Nacional de Compras Públicas)	80
Plataforma de contratação pública certificada pelo IMPIC/GNS	61
Catálogos dos fornecedores	42
Correio eletrónico	25
e-Marketplaces	10

Nota: No IUTICAP2018 o período de referência do módulo sobre comércio eletrónico é o ano 2017

Fonte(s): DGEEC, Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Central.

Quanto ao tipo de pagamento 11% dos organismos da administração pública central aceitaram, em 2017, meios de pagamento através de um website ou apps (Quadro 14).

² No IUTICAP2018 o período de referência para as questões sobre segurança informática é o ano 2017

³ No IUTICAP2018 o período de referência do módulo sobre comércio eletrónico é o ano 2017

Quadro 14

Tipos de meios de pagamento aceites através de um website ou apps, em 2017, pelos organismos da Administração Pública Central (%)

	2017
Organismos que aceitam meios de pagamento através de um website ou apps	11
Pagamentos online através de um website ou apps (ex. cartão de crédito)	79
Pagamentos offline através de um website ou apps (ex. transferência bancária)	68

Nota: No IUTICAP2018 o período de referência do módulo sobre comércio eletrónico é o ano 2017

Fonte(s): DGEEC, Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Central.

No que respeita aos recursos humanos⁴ especializados em TIC, 29% dos organismos indicaram ter recrutado ou tentado recrutar pessoal especialista em TIC, em 2017. Destes, 89% teve dificuldades no preenchimento daqueles postos de trabalho (Quadro 15).

Quadro 15

Organismos da Administração Pública Central que recrutaram ou tentaram recrutar pessoal especialista TIC em 2017 (%)

	2017
Organismos que recrutaram ou tentaram recrutar pessoal especialista em TIC	29
Organismos que tiveram dificuldades no preenchimento de postos de trabalho de pessoal especialista em TIC	89

Nota: No IUTICAP2018 o período de referência do módulo sobre recursos humanos é o ano 2017

Fonte(s): DGEEC, Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Central.

As principais funções TIC desempenhadas por recursos humanos internos foram o apoio a aplicações web (38%), o apoio a software/sistemas de gestão (35%) e a segurança e proteção de dados (31%) (Quadro 16).

Quadro 16

Tipo de funções TIC realizadas apenas por recursos internos, em 2017, nos organismos da Administração Pública Central (%)

	2017
Apoio a aplicações web	38
Apoio a software/sistemas de gestão	35
Segurança e proteção de dados	31
Manutenção de infraestruturas TIC	27
Desenvolvimento de aplicações web	18
Desenvolvimento de software/sistemas de gestão	9

Nota: No IUTICAP2018 o período de referência do módulo sobre recursos humanos é o ano 2017

Fonte(s): DGEEC, Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Central.

PRINCIPAIS RESULTADOS DA UTILIZAÇÃO DAS TIC NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES E REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA EM 2018:

De acordo com os resultados do inquérito, 39% e 17% dos organismos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira adquiriram serviços de computação em nuvem, respetivamente (Quadro 17). Estes resultados refletem um aumento do indicador em cerca de 3 e 2 pontos percentuais, respetivamente, face ao ano anterior.

Quadro 17

Aquisição de serviços de computação em nuvem (Cloud Computing) nos Organismos da Administração Pública Regional (%)

	2018	
	R.A. Açores	R.A. Madeira
Organismos da Administração Pública Central com compras de serviços de computação em nuvem (Cloud Computing) na internet	39	17

Fonte(s): DGEEC, Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Regional

Na Região Autónoma dos Açores, a incerteza sobre a legislação aplicável e a incerteza sobre a localização dos dados, ambas com 33%, revelaram ser o maior impedimento para a não utilização destes serviços. Na Região Autónoma da Madeira

⁴ No IUTICAP2018 o período de referência do módulo sobre recursos humanos é o ano 2017

são inconclusivos os principais fatores que impedem a utilização destes serviços, tendo sido “outro(s)” a opção mais reportada (47%). Contudo, os custos elevados com a aquisição daqueles serviços e a incerteza sobre a legislação aplicável são motivos que assumiram alguma relevância nesta região, ambos com 21% (Quadro 18).

Quadro 18

Tipo de fatores que impedem a utilização dos serviços pagos de computação em nuvem (Cloud Computing) nos Organismos da Administração Pública Regional (%)

	2018	
	R.A. Açores	R.A. Madeira
Custos elevados de aquisição de serviços de computação em nuvem	24	21
Incerteza sobre a legislação aplicável	33	21
Risco de violação de segurança	30	16
Incerteza sobre a localização dos dados	33	11
Conhecimento insuficiente sobre serviços de computação em nuvem	15	5
Outro(s)	15	47

Fonte(s): DGEEC, Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Regional

O módulo referente a Big Data⁵, permitiu aferir que alguns dos organismos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira realizaram este tipo de análises em 2017 (2% e 7%), respetivamente.

Relativamente ao tipo de fonte de dados utilizada para as análises de Big Data verificou-se que a totalidade (100%) dos organismos da Região Autónoma dos Açores utilizou dados a partir de meios de comunicação digital (*social media*), tendo os organismos da Região Autónoma da Madeira utilizado dados do próprio organismo a partir de sensores inteligentes (67%) e dados a partir de meios de comunicação digital (*social media*) (33%) (Quadro 19).

Em todas as entidades das duas regiões autónomas, as análises de Big Data foram

realizadas por pessoal do próprio organismo (Quadro 20).

Quadro 19

Tipo de fonte de dados utilizada para a análise de Big Data , em 2017, pelos organismos da Administração Pública Regional (%)

	2017	
	R.A. Açores	R.A. Madeira
Organismos que efetuaram análise de Big Data	2	7
Dados gerados a partir de meios de comunicação digital (<i>social media</i>)	100	33
Dados do próprio Organismo a partir de dispositivos inteligentes ou sensores	-	67
Outras fontes de Big Data	-	-

Nota: - Dado Nulo; No IUTICAP2018 o período de referência do módulo de Big Data é o ano 2017

Fonte(s): DGEEC, Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Regional.

Quadro 20

Tipologia de quem realizou a análise de Big Data , em 2017, nos organismos da Administração Pública Regional (%)

	2017	
	R.A. Açores	R.A. Madeira
Pessoal do próprio Organismo	100	100
Fornecedores externos	-	-

Nota: - Dado Nulo; No IUTICAP2018 o período de referência do módulo de Big Data é o ano 2017

Fonte(s): DGEEC, Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Regional.

O módulo relativo à Transformação Digital permitiu aferir que 31% e 38% dos organismos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira respetivamente, disponibilizaram meios ou serviços de identificação eletrónica no ano de 2018.

Nos organismos da Região Autónoma dos Açores a aceitação de documentos eletrónicos foi o tipo de meio ou serviço de identificação eletrónica mais disponibilizado (82%), valor que chegou aos 92% no caso da Região Autónoma da Madeira. Nesta última região a utilização de certificados digitais também foi disponibilizada em 92% dos organismos (Quadro 21).

⁵ No IUTICAP2018 o período de referência do módulo sobre Big Data é o ano 2017

Nota: **Big Data** - dados gerados a partir de atividades realizadas eletronicamente e de máquina para máquina (ex.: dados produzidos a

partir de atividades de redes sociais, processos de produção, etc. **Big data análise** refere-se à utilização de técnicas, tecnologias e ferramentas de software para análise de big data extraídos de fontes de dados do próprio organismo ou de outras fontes de dados.

Quadro 21

Tipo de meio ou serviço de identificação eletrónica disponibilizado nos Organismos da Administração Pública Regional (%)

	2018	
	R.A. Açores	R.A. Madeira
Organismos que disponibilizam meios ou serviços de identificação eletrónica	31	38
Aceitação documentos electrónicos	82	92
Utilização de certificados digitais	73	92
Assinatura através de SCAP	27	58
Chave móvel digital	27	42

Nota: SCAP - Certificação digital que permite ao cidadão autenticar-se, enquanto cidadão ou profissional qualificado através do Cartão de Cidadão, nos portais e sítios da Internet de diferentes entidades públicas, e assinar documentos na qualidade das funções profissionais que desempenha.

Fonte(s): DGEEC, Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Regional.

Quanto ao tipo de protocolo de rede utilizado, e à semelhança da administração pública central, prevaleceu nas Regiões Autónomas a utilização do protocolo de rede IPV4, tanto para os equipamentos como para as aplicações (Quadro 22).

Quadro 22

Tipo protocolo de rede disponibilizado nos organismos da Administração Pública Regional (%)

	2018	
	R.A. Açores	R.A. Madeira
IPV4 Equipamentos	96	100
IPV4 Aplicações	89	100
IPV6 Equipamentos	41	20
IPV6 Aplicações	17	7

Nota: IPV4 e IPV6 representa a tecnologia que permite que os aparelhos se conectem na Internet.

Fonte(s): DGEEC, Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Regional.

Relativamente à velocidade de acesso à internet, foram indicadas ligações com velocidade superior ou igual a 2 Mb/s na totalidade dos organismos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Por sua vez, no que se refere a ligações com velocidade superior ou igual a 100 Mb/s, os valores dos organismos das duas regiões são bastante diferentes, ou seja, 11% e em 61%, respetivamente. (Quadro 23). No caso da Região

Autónoma da Madeira o valor reflete um aumento de cerca de 6 pontos percentuais face ao ano anterior.

Quadro 23

Velocidade de acesso à Internet disponível nos organismos da Administração Pública Regional (%)

	2018	
	R.A. Açores	R.A. Madeira
<2 Mb/s	-	-
≥2 Mb/s	100	100
≥2 Mb/s e <10 Mb/s	24	7
≥10 Mb/s e <30 Mb/s	19	7
≥30 Mb/s e <100 Mb/s	46	26
≥100 Mb/s	11	61
Não responderam/Não sabem	-	-

Nota: - Dado nulo

Fonte(s): DGEEC, Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Regional.

Em 2018, 65% e 43% dos organismos da administração pública regional dos Açores e da Madeira, respetivamente, declararam que os seus sítios na Internet satisfaziam pelo menos o “nível A” das diretrizes de acessibilidade para cidadãos com necessidades especiais – W3C*. (Quadro 24).

Quadro 24

Organismos da Administração Regional, por nível de conformidade com as diretrizes de acessibilidade do W3C* (%)

	2018	
	R.A. Açores	R.A. Madeira
Sítio com acessibilidade para cidadãos com necessidades especiais	65	43
Conformidade com o nível A	43	28
Conformidade com o nível AA	11	11
Conformidade com o nível AAA	11	4
Sítio não acessível	35	57
Sem sítio na Internet	-	-

Nota(s):

* W3C - World Wide Web Consortium.

As diretivas visam tornar o conteúdo Web acessível a pessoas com deficiências e destinam-se a todos os criadores de conteúdo Web e aos programadores de ferramentas para criação de conteúdos. Existem três níveis de conformidade Nível "A" de conformidade: todos os pontos de verificação para Prioridade 1 são satisfeitos; Nível "Duplo-A" de conformidade: todos os pontos de verificação para Prioridade 1 e 2 são satisfeitos; Nível "Triplo-A" de conformidade: todos os pontos de verificação para Prioridade 1 2 e 3 são satisfeitos

Fonte(s): DGEEC, Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Regional.

Relativamente às redes utilizadas, 93% e 61% dos organismos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, respetivamente, dispunham, de rede virtual privada (VPN), e 76% e 72%, respetivamente, de Wireless LAN. Ao nível das tecnologias disponíveis destacou-se a utilização de videoconferência pelos organismos da Região Autónoma dos Açores (80%) (Quadro 25).

Quadro 25

Tipos de equipamento informático utilizados nos organismos da Administração Pública Regional (%)

	2018	
	R.A. Açores	R.A. Madeira
Rede Virtual Privada (VPN)	93	61
Wireless LAN	76	72
Videoconferência	80	54

Fonte(s): DGEEC, Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Regional.

Em 2017, apenas os organismos da Região Autónoma dos Açores (4%) aceitaram meios de pagamento⁶ através de um website ou apps. Destes, metade dos organismos disponibilizaram meios de pagamentos online e meios de pagamento offline (50% e 50%), respetivamente (Quadro 26).

Quadro 26

Tipos de meios de pagamento aceites através de um website ou apps, em 2017, pelos organismos da Administração Pública Regional (%)

	2017	
	R.A. Açores	R.A. Madeira
Organismos que aceitam meios de pagamento através de um website ou apps	4	-
Pagamentos online através de um website ou apps (ex. cartão de crédito)	50	-
Pagamentos offline através de um website ou apps (ex. transferência bancária)	50	-

Nota: - Dado Nulo; No IUTICAP2018 o período de referência do módulo sobre comércio eletrónico é o ano 2017

Fonte(s): DGEEC, Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Regional.

⁶ No IUTICAP2018 o período de referência do módulo sobre comércio eletrónico é o ano 2017

⁷ No IUTICAP2018 o período de referência para as questões sobre segurança informática é o ano 2017

No que respeita à segurança informática⁷, foram detetados problemas em 4% e 13% dos organismos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, respetivamente (Quadro 27).

Quadro 27

Tipo de problemas de segurança informática detetados, em 2017, pelos organismos da Administração Pública Regional (%)

	2017	
	R.A. Açores	R.A. Madeira
Organismos da Administração Pública Regional que detetaram problemas de segurança informática	4	13
Destruição ou corrupção de dados	50	50
Indisponibilidade de serviços TIC	-	33
Divulgação de dados confidenciais	50	33
Outro tipo de problemas	-	50

Nota(s): - Dado Nulo; No IUTICAP2018 o período de referência do módulo de segurança informática é o ano 2017

Fonte(s): DGEEC, Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Regional.

Relativamente aos recursos humanos⁸ especializados em TIC verificou-se que, em 2017, 15% dos organismos de ambas as regiões autónomas indicaram ter recrutado ou tentado recrutar pessoal com estas competências. Contudo, a existência de dificuldades com o preenchimento de postos de trabalho de especialistas em TIC foi maior nos organismos da Região Autónoma da Madeira (71%) do que na Região Autónoma dos Açores (25%) (Quadro 28).

Quadro 28

Organismos da Administração Pública Regional que recrutaram ou tentaram recrutar pessoal especialista TIC em 2017 (%)

	2017	
	R.A. Açores	R.A. Madeira
Organismos que recrutaram ou tentaram recrutar pessoal especialista em TIC	15	15
Organismos que tiveram dificuldades no preenchimento de postos de trabalho de pessoal especialista em TIC	25	71

Nota: No IUTICAP2018 o período de referência do módulo sobre recursos humanos é o ano 2017

Fonte(s): DGEEC, Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Regional.

As funções TIC mais desempenhadas por recursos humanos internos nos organismos da Administração Regional da Madeira foram, em 2017, o apoio a aplicações web (41%) e o apoio a software/sistemas de gestão (37%). Na Região Autónoma dos Açores, destacaram-se as funções de apoio a software/sistemas de gestão, a manutenção de infraestruturas TIC e a segurança e proteção de dados, todas em 43% dos organismos (Quadro 29).

Quadro 29

Tipo de funções TIC realizadas apenas por recursos internos, em 2017, nos organismos da Administração Pública Regional (%)

	2017	
	R.A. Açores	R.A. Madeira
Apoio a aplicações web	37	41
Apoio a software/sistemas de gestão	43	37
Manutenção de infraestruturas TIC	43	33
Segurança e proteção de dados	43	30
Desenvolvimento de aplicações web	17	30
Desenvolvimento de software/sistemas de gestão	17	24

Nota: No IUTICAP2018 o período de referência do módulo sobre recursos humanos é o ano 2017

Fonte(s): DGEEC, Inquérito à Utilização das TIC na Administração Pública Regional.

Metodologia (síntese):

O Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação na Administração Pública Central e Regional 2018 foi realizado pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) com a colaboração do Serviço Regional de Estatística dos Açores e da Direção Regional de Estatística da Madeira. Trata-se de um inquérito censitário que se enquadra no desenvolvimento das estatísticas da Sociedade da Informação, realizado anualmente.

Este inquérito tem em vista a observação regular da disponibilidade e da utilização de tecnologias da informação e da comunicação na Administração Pública Central, Regional e abrange todo o território nacional – Continente, e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

A informação foi recolhida diretamente junto das unidades inquiridas, através de um questionário eletrónico. O período de referência dos dados é em geral o ano de 2018, exceto nos módulos relativos aos recursos humanos, ao comércio eletrónico, à segurança informática e Big Data, que se reportam ao ano de 2017.

Para mais informação consulte o Portal da DGEEC em www.dgeec.mec.pt no tema Sociedade da Informação.

Nota Final:

Em algumas tabelas apresentadas, os totais (100%) podem não corresponder à soma das parcelas por razões de arredondamento.